

A intencionalidade ética

JOAQUIM DE SOUSA TEIXEIRA

A caracterização da intencionalidade ética enquanto tal exige a referência à liberdade. Esta, porém, não se limita à “liberdade em primeira pessoa” sem a outra pessoa, nem sequer à liberdade intersubjectiva sem uma correcta mediação pelo “neutro”, pela instituição. Os vértices do “triângulo ético” - também caracterizados em termos de ipseidade, alteridade e socialidade - são inseparáveis, apesar de distintos, e, pelo menos antropológicamente, cooriginários. Embora pedagogicamente se possa começar pelo terceiro (o neutro, o social, a instituição) ou pelo segundo (a alteridade do outro), a

ordem da fundamentação postula o primado do primeiro vértice (a primeira pessoa).

Serão sublinhados dois tópicos a propósito da liberdade. Em primeiro lugar, quanto à “liberdade em primeira pessoa”, pretende-se saber se a teleologia da acção humana aponta ou não para uma deontologia da mesma. Os predicados “bom” e “obrigatório” pertencerão a campos separados? Em segundo lugar, no que respeita à “liberdade em segunda pessoa”, articular-se-á problemáticamente a “simpatia” pelo outro (Scheler) com o “respeito” (Kant). A liberdade, em ética, conjuga-se estruturalmente com a

verdade. Por um lado, toda a liberdade de... só tem sentido enquanto liberdade para... Por outro lado, a liberdade para... introduz a ingrata questão da objectividade dos “valores”, que remete para o núcleo mesmo da filosofia - a verdade e a ontologia. Liberdade e verdade antecedem-se mutuamente; no ente finito, porém, não se identificam formalmente, cabendo à verdade a primazia da ordem da fundamentação. Com efeito, a verdade antecede a liberdade, assim como o juízo da consciência é anterior à decisão. Neste aspecto a filosofia ética neotomista, subjacente por exemplo à encíclica *Splendor Veritatis*, retoma, com outra linguagem, a dura crítica de Maritain às filosofias morais sem ontologia (Kant), deixando na penumbra aqueles pontos de vista segundo os quais a liberdade também precede a verdade. □

C ONHECEDOR profundo da obra de Henri Bergson, Leonardo Coimbra acolheu a filosofia do pensador francês com a atenção crítica e a profundidade hermenéutica que o caracteriza, não ficando apenas pela divulgação das ideias bergsonistas, mas com estas convivendo num diálogo singular e fecundo, indo mesmo no caminho das reflexões das proximidades e nítidas distâncias que entre o seu criacionismo e o bergsonismo se preponderam. Publicando o filósofo francês, em 1932, *Les Deux Sources de la Morale et de la Religion*, naquele mesmo ano, Leonardo Coimbra proferia uma conferência sobre aquela obra, posteriormente reunida no livro *A Filosofia de Henri Bergson*, de que saiu o primeiro volume, tendo ficado inédito o segundo volume dedicado à crítica do pensamento bergsonista. Por muito tempo se julgou este irremediavelmente perdido, até que entre o espólio do filósofo à guarda do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, se veio a descobrir a sua existência, aguardando-se agora a publicação sob os auspícios da Imprensa Nacional Casa da Moeda.

A presente meditação sobre “O fundamento social e religioso da ética criacionista”, elevando-se à investigação das relações entre o criacionismo e o bergsonismo, toma como ponto de partida o conjunto da obra leonardina sobre a filosofia do pensador francês, e sem perder de vista a sua integração no contexto do pensamento filosófico de Leo-

O fundamento social e religioso da ética criacionista; em torno de Leonardo Coimbra

MANUEL CÂNDIDO PIMENTEL

nardo, pretende especificamente debruçar-se sobre a reflexão ética como coordenada essencial do criacionismo, tematizando e debatendo o explícito e o implícito das suas relações e específicas diferenças com o pensamento do autor de *Les Deux Sources de la Morale et de la Religion*. Embora em Leonardo Coimbra não constitua a ética objecto específico de uma de entre as suas obras, encontra-se, todavia, afirmada na quase totalidade das suas páginas, desde *O Criacionismo* (1912) até à *Rússia de Hoje e o Homem de Sempre* (1935), aflorando ainda ao longo de uma parte significativa dos seus artigos dispersos por revistas e jornais, animada por um sentido humanista, existencial e personalista, que por isso a configura como momento inquestionável do ideário leonardino.

Podemos significativamente realçar a condução da reflexão ética, seja a de Leonardo, seja a de Bergson, para um largo entendimento do que nela se implica como filosofia da religião e filosofia da sociedade, já que em ambos os pensadores encontramos como núcleo fundamental o homem como

ser social e religioso, o que põe com toda a pertinência o problema da existência bergsonista e criacionista de Deus e as ideias daí decorrentes da relação da pessoa humana e moral com o Absoluto. Centrando-se sobre os temas da ética, da sociedade e da religião, comuns na obra dos pensadores, o presente trabalho, entendendo o bergsonismo e o criacionismo à luz do espiritualismo, procurará em última análise pôr em relevo a concepção dinâmica (em Bergson, e criacionista, em Leonardo) da moral, da religião, da sua função social, mormente interessando-se pela noção bergsonista de “sociedade aberta”, susceptível de encontrar correlato no modelo leonardino da sociedade monadológica cujo desenvolvimento tende para uma sociedade ideal de mónades livres em que o amor se divisa a unidade essencial das consciências e onde a espiritualização crescente dos seres sociais surge como a garantia única da sua acção moral. O teocentrismo personalista do criacionismo irá na curva mais alta das suas preocupações interrogar e pôr em causa o visível impersonalismo do Deus bergsonista. □